
O LEITOR, O PROFESSOR E O PENSAMENTO NARRATIVO

LUIZ ANTONIO GOMES SENNA / UERJ

Prof. Adjunto - Linguagem, Cognição Humana e Processos Educacionais
Programa de Pós-Graduação em Educação UERJ
Rio de Janeiro - Brasil

LUZIA CRISTINA N. DE ARAÚJO ** / UERJ e EIE-RJ

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Educação / UERJ
Professora do Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro
Rio de Janeiro - Brasil

ADRIANA SOARES / SME-Rio

Membro do Departamento Geral de Educação da SME-Rio
Membro do Grupo de Pesquisa Linguagem, Representação do Conhecimento e Processos Educacionais
Rio de Janeiro - Brasil

JANAINA PEREIRA RIBEIRO / SME-Rio

Membro da Divisão de Ação Integradora da E-8ª CRE
Membro do Grupo de Pesquisa Linguagem, Representação do Conhecimento e Processos Educacionais
Rio de Janeiro - Brasil

ROSANE ROSA MARTINS / SME-Rio

Coordenadora Pedagógica da Escola Municipal Gil Vicente
Membro do Grupo de Pesquisa Linguagem, Representação do Conhecimento e Processos Educacionais
Rio de Janeiro - Brasil

Este trabalho descreve as propriedades de um projeto de *design* informacional destinado ao trabalho com o professor do ensino básico, cujo objetivo é legitimar o conceito de texto narrativo como veículo capaz de promover a construção de conhecimentos no ambiente escolar. O projeto é fruto de pesquisas desenvolvidas no Programa de Pós-Graduação em Educação da UERJ em cooperação com a Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro, estando vinculado à criação de programa de capacitação de docentes no exercício da função de coordenador pedagógico.

O Coordenador Pedagógico: A função de coordenador pedagógico foi criada em substituição ao antigo profissional de supervisão escolar, com a finalidade de dotar a escola de um agente facilitador de sua transformação em centro educativo, relativamente autônomo para propor e gerir sua própria estrutura curricular. Tendo que vencer a barreira imposta pela memória da escola mecanicista, recorrente na sociedade e no professorado, o coordenador pedagógico atua, hoje, antes de tudo, como mediador no processo de gradual absorção, pelos atores da Educação, dos pressupostos teóricos e metodológicos de uma prática educativa que interaja com o cotidiano e com uma perspectiva sócio-interacionista da cognição humana.

A razão de ser desta etapa de trabalho na instalação do coordenador pedagógico consiste no fato de que a estruturação curricular da escola brasileira transformou-se de forma muito rápida no final do Século XX, não tendo sido acompanhada por transformações equivalentes na formação do professor do ensino básico. Existe, portanto, uma demanda real por profissionais de ensino efetivamente capazes de implementar, justificar e aprimorar o conceito de educação sócio-interacionista já em processo de aplicação nas escolas.

O sócio-interacionismo: Pressuposto básico da educação construtivista contemporânea, o modelo sócio-interacionista de ensino-aprendizagem, inspirado no mecanismo universal de construção de conhecimento defendido por Vygotsky, é um dos aspectos a serem considerados pelo coordenador pedagógico em seu trabalho com o professorado. Do ponto de vista teórico, esta questão pode ser resumida à compreensão do já clássico esquema constituído pela zonas de desenvolvimento potencial, desenvolvimento proximal e desenvolvimento real, cuja funcionalidade reside na aplicação de um sentido público-social à noção consagrada na tradição piagetiana de equilíbrio interno.

A percepção estritamente teórica do mecanismo sócio-interacionista de construção de conhecimentos esconde, entretanto, certos princípios e mecanismos outros, cujo desconhecimento pode impedir que o professor efetivamente assuma uma conduta educativa coerente. O princípio primeiro a ser ressaltado no âmbito das condições para que se possa dar a construção de conhecimentos a partir do esquema de zonas de desenvolvimento é o da **tolerância** às diferenças individuais. Este, por sua vez, tem, sempre, a seu lado,

o princípio do ***direito à identidade***, sem o qual não haveria o que tolerar no outro.

Tolerância e direito à identidade costumam-se traduzir no cotidiano escolar através da máxima, recorrente, da “necessidade de respeitar o conhecimento prévio do aluno”. O entendimento escolar desta máxima passa longe, entretanto, do entendimento que se deve ter no âmbito de uma concepção sócio-interacionista de ensino-aprendizagem. O professorado compreende o respeito ao conhecimento prévio do aluno sob um ponto de vista estritamente sociológico, impregnado pelo preconceito e motivado pela convicção de que este deva ser substituído por um conhecimento de melhor qualidade. Numa concepção sócio-interacionista, ao contrário, o respeito ao conhecimento prévio do aluno implica tê-lo como um conhecimento verdadeiro e legítimo, com base no qual dá-se uma mútua aproximação: tanto o aluno cai em zona de desenvolvimento proximal com a escola, quanto esta, com o aluno. Neste caso, portanto, tolerância, não significa paciência e sim, respeito e direito à identidade.

O pensamento narrativo: O cidadão aluno que ingressa na escola traz consigo um modo de organização do pensamento que reflete o conjunto de aproximações ao seu próprio contexto social. No Brasil, onde as representações sociais são predominantemente orais, a grande massa da população ingressa na escola com um modelo de pensamento não organizado à forma cartesiana, de modo que o seu letramento consiste num processo de pura aculturação e não, de integração. O modelo de pensamento construído no cotidiano brasileiro, denominado modo narrativo, tende a ser arrolado pela escola como corruptela de pessoas não civilizadas, admitindo-se, assim, que sua substituição pelo modo científico-cartesiano de pensamento estruturado seja a verdadeira missão do professor.

As transformações ocorridas na sociedade informática, entretanto, fragilizaram a imagem pública do modo científico do pensamento, permitindo que as massas orais intuitivamente legitimassem seus modos narrativos de pensar. A partir daí, o processo escolar de letramento passou a sofrer significativos fracassos, até mesmo em contextos educativos supostamente organizados dentro de parâmetros coerentes ao sócio-interacionismo. A causa disto não reside na incompetência do professor, tampouco na do aluno, mas sim, na diferença de concepção de letramento pressuposta pelo professor e pelo aluno. Ao passo que o professor vê no letramento um degrau para uma percepção científica do mundo, o aluno busca no letramento um degrau a mais em sua percepção narrativa de mundo.

O problema central neste conflito de percepções consiste no fato de que o aluno contemporâneo somente acederá ao letramento científico quando, ou se, for capaz de perceber a si mesmo como agente de relações sociais em contextos dominados pelo pensamento científico. Para que isto se dê – ou

melhor, para que isto se possa almejar – é necessário que a escola caia em verdadeira zona de desenvolvimento proximal com o aluno e lhe permita o letramento no mundo narartivo.

A legitimação do pensamento narrativo: Tornar o pensamento narrativo um fenômeno legítimo e respeitado pelo professor é uma das tarefas fundamentais do coordenador pedagógico neste momento de transição pelo qual a escola passa. Vencida a barreira do preconceito, o professor deixará de ver o aluno como um bastardo da civilização científica e assumirá a tarefa de levá-lo a construir-se ao longo do letramento, a partir de seu próprio mundo cotidiano.

A tarefa de levar a escola a legitimar o pensamento narrativo e situá-lo no contexto do processo de letramento do aluno esbarra, todavia, no fato de que todo o aparato de formação do professor se estrutura na forma de objetos científicos, especialmente os livros e outros materiais acadêmicos. Diante disto, torna-se profundamente difícil despertar no professor a consciência de que o modo narrativo de pensar também resulta em conhecimento relevante ou, ainda, a de que um mesmo juízo do pensamento científico pode ser equivalente a um juízo narrativo, com outro formato representacional.

Paralelamente ao processo de legitimação dos mecanismos narrativos de construção do conhecimento, o professorado necessita, também, desenvolver a percepção de que é possível introduzir o aluno no letramento, a partir de experiências cotidianas de mundo, particularmente, de experiências colhidas na oralidade da cultura brasileira. Não se trata de traduzir a oralidade em um ambiente científico que dela fale como uma cultura alheia, na forma como encontradas nos livros de folclore. O comportamento desejável do professor é tomar da realidade do mundo como objeto que se expresse por si mesmo e que, desta forma, se revele conhecimento de um grupo social.

O trabalho junto ao professor, visando a torná-lo agente de letramento no ensino básico, necessita contar com um material gráfico no qual este possa desconstruir a idéia de que sua formação dependa exclusivamente de modelos científicos de textos. O *design* informacional deste tipo de material deve mesclar elementos do pensamento científico e elementos do pensamento narrativo, com o qual se possa reproduzir uma simbiose equivalente ao processo de desenvolvimento proximal esperado na relação professor / aluno no cotidiano escolar. A *figura 1* apresenta um exemplo estruturado do tipo de texto em que esta simbiose se dá. Trata-se de uma das páginas que compõem o módulo inicial de um programa de capacitação de coordenadores pedagógicos, no qual apresentam-se as justificativas sociais para a mudança de paradigma na educação nacional

A estratégia adotada para promover a simbiose entre o pensamento científico – concentrado nos argumentos teóricos e sociológicos para a substituição de um modelo mecanicista de ensino por um modelo construtivista

de base sócio-interacionista – e o pensamento narrativo foi o de transformar o texto em uma narrativa no tempo, no qual o narrador e o próprio leitor atuam como passageiros de um navio imaginário que simboliza a escola. Este recurso, é empregado para dissacralizar o discurso teórico e aproximá-lo da esfera narrativo-ficcional, própria das representações orais. Tal recurso, porém, não é bastante para ratificar a legitimidade do modo narrativo de pensamento, pois que a narrativa ficcional empregada não é diretamente vinculada à construção de nenhum dos juízos teóricos arrolados no texto.

Figura 1- Modelo de design informacional



A estratégia empregada para provocar a síntese dos modos narrativo e científico no *design* informacional do módulo foi a de agregar a cada página quatro segmentos intercomplementares de informação, assim caracterizados: (1) corpo de texto científico, contendo informações de natureza teórica; (2) comentários em linguagem coloquial sobre o corpo de informações, reproduzindo a estrutura da língua oral; (3) narração de fatos do cotidiano do mundo que arrolam, de forma estritamente narrativa, conhecimentos equivalentes aos abordados no corpo teórico da página; (4) ícone não-verbal que sintetiza a idéia-chave do corpo teórico abordado na página.

O modelo de *design* descrito neste trabalho é uma contribuição a ser levada

em consideração nos processos ordinários de formação de professores em todos os níveis, como estratégia formal de construção de uma postura de verdadeira tolerância no processo de leiturização do aluno na escola básica.